



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ESTIGMA E POBREZA: REFLEXÕES SOBRE A ASSINTÊNCIA SOCIAL EM
ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM FORTALEZA**

PEDRO FELIPE PEDREIRA ARAGÃO

Fortaleza – CE

2014

PEDRO FELIPE PEDREIRA ARAGÃO

**ESTIGMA E POBREZA: REFLEXÕES SOBRE A ASSINTÊNCIA SOCIAL EM
ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM FORTALEZA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino

FORTALEZA

2014

ESTIGMA E POBREZA: REFLEXÕES SOBRE A ASSINTÊNCIA SOCIAL EM
ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM FORTALEZA

Pedro Felipe Pedreira Aragão

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino – Orientador
Universidade federal do Ceará – Fortaleza – CE

Prof^a. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino
Universidade Federal do Ceará – Fortaleza – CE

Prof^a. Dra. Lara Capelo Cavalcante
Universidade Federal do Ceará – Fortaleza – CE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

2014

Dedico este trabalho ao meu avô Antonio Edvard Lima Aragão (*in memorian*) e a minha tia e madrinha Maria Luciene Reis Aragão (*in memorian*), que suas alegrias me sejam um motivo para perseverar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, que me deu forças quando não acreditei nos meus sonhos.

À minha família, que sempre apoiou as minhas decisões.

Ao meu orientador: Antonio George Lopes Paulino, pelos conselhos e ensinamentos.

Às professoras Jânia Perla e Lara Capelo, por disporem de seu tempo para avaliar este trabalho.

Aos amigos e colegas da UFC, com quem aprendi a ter um novo olhar sobre as coisas.

Aos profissionais da SEMAS, por me atenderem com presteza e atenção

As pessoas que têm o Espaço de Acolhimento Noturno e a Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes como seu lar, dedico este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho procura analisar as formas de interação entre indivíduos em situação de risco social e políticas públicas adotadas pelo Estado para assisti-los. O campo de pesquisa foi realizado em dois órgãos ligados à Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes e o Espaço de Acolhimento Noturno. O primeiro capítulo do texto busca contextualizar o fenômeno da pobreza em um primeiro plano geral e, posteriormente, abordando a questão no Brasil e em Fortaleza, seguida de uma breve história do surgimento do Serviço Social no país. No segundo capítulo é feito um diálogo entre Erving Goffman, Friedrich Nietzsche e Georg Simmel acerca dos temas estigma e moral atrelados à imagem do “pobre”. No terceiro capítulo faço breves comentários em relação aos locais pesquisados, uma descrição sobre os espaços físicos e seus indivíduos.

Palavras-chave: Estigma; Pobreza; Políticas Públicas

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I: História da Pobreza e do Serviço Social no Brasil.....	11
1.1 A pobreza no contexto brasileiro.....	11
1.2 Pobreza em Fortaleza.....	15
1.3 Pobreza e Exclusão, algumas reflexões.....	17
1.4 O Serviço Social no Brasil.....	21
CAPÍTULO II: Estigma e Concepção Moral da Pobreza.....	27
CAPÍTULO III: Espaços de Transição: Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes e Espaço de Acolhimento Noturno.....	34
3.1 Praça Clóvis Beviláqua, chegando ao objeto.....	34
3.2 Chegando à SEMAS.....	37
3.3 Percepções acerca dos espaços.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	49
ANEXOS.....	53

INTRODUÇÃO

Como compreender a pobreza como um fenômeno social? Obviamente a palavra pobreza nos remete a vários outros termos relacionados. Pode ser uma carência de direitos que a Constituição deve garantir, nesse caso a ausência de serviços que o Estado político deveria suprir aos indivíduos, a relação de classes econômicas do ponto de vista sociológico ou econômico, o quão discrepante é o rendimento de uma camada da sociedade em relação a outra. Outro termo surge a partir de então, trata-se da “exclusão social”, que poderia estar caracterizada como uma máxima marginalização do cenário social, através de sequências de rupturas em diferentes níveis de sociabilidade, como observaria Robert Castel em seu livro *As metamorfoses da questão social*. Embora estejam os termos relacionados não significa que a pobreza levará a uma situação de exclusão do indivíduo.

De forma que durante os períodos históricos da Idade Média, da Era Moderna, e do atual cenário a palavra pobreza teve contextos diferentes. Se por um lado a pobreza era sintonizada com a condição de um indivíduo ter nascido de certa casta no período medieval, com os primórdios do capitalismo, aos pés da Revolução Industrial o termo ganharia roupagem diferente e hoje mais ainda com a diversificação do próprio sistema político-social em que vivemos. A pobreza é de fato um termo dinâmico, não só pelo fato de existirem contextos diferentes em relação àquele que comumente a associamos. Um profissional liberal bem sucedido por ser visto como rico por um trabalhador da roça, e ser visto como “pobre” aos olhos de um grande empresário. Entre os próprios indivíduos que para todos são vistos como pobres, existem aqueles que estão diferenciados pelo fato de serem “socorridos” pelo Estado, como apontaria Georg Simmel em *Sobre La Individualidad y las Formas Sociales*.

O problema começa a tomar corpo de fato após a intensificação da prática mercantil, seguida da precarização das formas de trabalho no campo, e posteriormente com início da migração dos indivíduos para as cidades urbanizadas de modo desordenado, criando as atuais favelas. Sem planejamento prévio por parte do estado a ocupação mostrou-se uma tentativa de fugir da ausência de oportunidades no campo. A discussão ganhou notoriedade no século XX, principalmente no Pós-Guerra, uma vez que os países ricos temiam pela nova ordem que se estabeleceria no mundo. A exclusão pode significar estar de fora em todo um contexto social ou em parte dele;

independentemente do sistema que se imponha a exclusão poderá sempre estar presente no âmbito social. A principal importância no estudo do tema se dá no contexto democrático. Como haver democracia plena se não são assegurados a todos direitos que o Estado deveria assistir? Dai posteriormente a adoção de políticas públicas que não vêm suprir essa falta, mas sim agir como um paliativo para o grande problema. Isso pouco remete ao aspecto econômico, sendo também de origem moral e política.

A pobreza se mostra dessa forma como um dos mais relevantes problemas sociais modernos, tendo raízes profundas ligadas à própria condição do homem como sujeito de suas ações. O pobre em questão que será abordado neste breve trabalho será aquele “assistido”, como Simmel (2002) mostra, o que é indivíduo que se enxerga como responsável pela sua condição precária. O tempo que tive para observar os sujeitos da pesquisa foi curto, porém o suficiente para enxergar as ideias dos autores que abordarei nos próximos capítulos, como perceber certos tabus nas relações com dos indivíduos considerados “normais” e os “estigmatizados”, como Goffman (1988) salienta em seu ensaio sobre a produção do estigma pela sociedade e as várias facetas que este assume. O pobre visto como sujeito de assistência por parte da sociedade e do Estado, para Michel Foucault (1992) um dos primeiros locais de assistência ao indivíduo pobre era o hospital, onde se pregava uma cura daquela pessoa e uma redenção a quem lhe proporcionava essa cura. Para Foucault, o principal indivíduo a ser assistido no século XVIII não seria aquele que possuía alguma enfermidade, e sim o pobre que estava à beira da morte:

Dizia-se correntemente, nesta época, que o hospital era um morredouro, um lugar onde morrer. E o pessoal hospitalar não era fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação. Era um pessoal caritativo – religioso ou leigo – que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna. Assegurava-se, portanto, a salvação da alma do pobre no momento da morte e a salvação do pessoal hospitalar que cuidava dos pobres (FOUCAULT, 1992, p. 101-102).

As questões sociais relacionadas à pobreza vistas por Castel (2008), refletem o surgimento do assistencialismo, ao longo da Idade Média, com os sujeitos se submetendo aos demais em busca de uma “proteção” contra futuros riscos a sua condição social. O pobre era entendido como uma espécie de objeto no qual o rico iria redimir seus pecados lhe prestando socorro, era a figura do clero da igreja entrando como principal responsável pela assistência social.

O objeto da pesquisa de campo foram dois espaços de acolhimento de moradores de rua e pessoas em situação de risco (Espaço de Acolhimento Noturno e Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes), onde procurei observar como era o dia-a-dia dos usuários dessas instituições no breve período em que estive presente, fazendo a descrição do espaço físico. A partir das experiências relatadas no terceiro capítulo desse trabalho, elaborei a seguinte pergunta de partida: “Que políticas públicas são oferecidas aos moradores de rua de Fortaleza?”. Apesar de ser uma indagação muito abrangente, busquei limitar o campo aos locais de pesquisa. Nas *rodas de conversa* busquei identificar as ações propostas pelo espaço, de ordenamento dos usuários e como uma forma de disciplinar aqueles indivíduos que vieram da situação de rua, de maneira que o foco do trabalho são essas instituições de assistência social e os serviços ofertados por elas para a população assistida. Fiz um apanhado histórico da pobreza no Brasil e do desenvolvimento da assistência social, buscando situá-la no contexto político e social que se apresentava em cada momento da história do país. Não tive o tempo necessário para me aprofundar nos assuntos com gostaria. O campo de pesquisa ficou superficial, ao meu ver, pois não me foi dado recursos suficientes para oferecer uma etnografia do objeto, de maneira que limitei o recorte as descrições do espaço institucional.

DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Como estudante oriundo das Ciências Sociais defini como parâmetro principal da pesquisa a observação. Busquei anotar as primeiras impressões do meu percurso no desenvolvimento deste trabalho, rebuscando os ensinamentos transmitidos pelos professores e autores ao longo das várias disciplinas ministradas. O desafio de lidar com uma realidade nova muitas vezes sujeita o indivíduo a ter um choque de realidades até então desconhecidas: o fenômeno da pobreza como a figura do pedinte na rua, do indivíduo que revira o lixo que não serve aos demais, a degradação da figura do homem causada pela própria sociedade que lhe concebeu. Nos locais em que realizei as visitas (Espaço de Acolhimento Noturno e Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes), encontrei inúmeras pessoas que estavam em um estágio de pobreza, que era o “viver na rua”, que ao longo das poucas porém reveladoras conversas, pude entender como agiam

as questões do estigma apresentadas por Goffman, as reminiscências da história da construção da moral abordada por Nietzsche e o contexto social de uma das inúmeras formas da pobreza.

O campo de pesquisa muitas vezes impõe uma realidade que o pesquisador não conhece, me lembrando muito o trecho do livro de Roberto DaMatta “Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social”, afirma que “[...] vestir a capa de etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente entendida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico no familiar e/ou o transformar o familiar no exótico” (DAMATTA, 1981, p. 157). Dessa maneira muitas vezes deixei de lado o pesquisador que estava em mim e conversava sobre assuntos que não faziam menção aos objetivos do trabalho. Tive poucos recursos e pouco tempo para elaborar uma pesquisa mais aprofundada, que abordasse aspectos etnográficos do objeto. Trabalho de segunda à sexta-feira na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na função de carteiro no horário de 8:00 às 17:00, muitas vezes ficando exausto ao término do período trabalhado. Foi-me determinada pela coordenação dos locais que realizaria as pesquisas a participação das atividades de *roda de conversa*, realizadas às quartas-feiras no Espaço de Acolhimento Noturno (EAN). Dessa maneira optei por realizar as visitas por quatro dias em cada local divididas em um espaço de tempo de dois meses, do qual pude destacar dois encontros realizados em 2012 no EAN. Também, durante o período que realizei as visitas, não fui autorizado a realizar gravações de algumas rodas de conversa, como tirar fotografias e usar imagens dos espaços de pesquisa. Assim tive como fontes importantes para a realização do texto um documento em *slides* que tratava do dia-a-dia do Espaço de Acolhimento Noturno, o próprio *site* da Prefeitura de Fortaleza, e demais pesquisas realizadas na *internet*.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA POBREZA E DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

1.1 A pobreza no contexto brasileiro

A pobreza, no caso brasileiro, se reflete em um período que remete ao início da Revolução Industrial. Como colônia de Portugal, o Brasil acompanhou de perto a mudança econômica que a nova proposta de meios de produção estava desenvolvendo na Europa. Como principal ator nesse meio, a Inglaterra mantinha ligações econômicas com o Estado lusófono e conseqüentemente as estendia a sua principal colônia. Os países europeus em franco expansionismo econômico e geográfico apresentariam uma nova concepção de mundo moderno, através do desbravamento marítimo contextualizado nas grandes navegações.

A concepção divina dos homens e seus atos foi aos poucos dando espaço ao novo pensamento, que tinha suas bases na razão e na ciência, tendo uma membrana sólida vinda do século XVIII, o Iluminismo¹. No Brasil a colonização exercida por Portugal veio alicerçada ainda por valores do Antigo Regime, da economia escravista, e na relação entre Igreja e realeza, tendo na Companhia de Jesus² o principal reflexo dos seus ideários cristãos. Antes dos primeiros anos da República que viria a se estabelecer no final do século XIX, já se notava no entorno dos centros urbanos a grande quantidade de indivíduos que viviam como indigentes tais como os negros livres, brancos que não possuíam trabalho, mestiços, mendigos, bastardos, viúvas que por força da necessidade se tornaram chefes de família. Mesmo antes do fim da escravatura o Brasil já possuía um extenso número de pobres, pelos mais diversos motivos, todos norteados pela mesma lógica do nascente capitalismo que tinha o lucro como objetivo final.

¹ O Iluminismo foi um movimento promovido pela elite intelectual da Europa, observado a partir do final do século XVIII, que se notabilizou por estimular o uso da razão na compreensão de fenômenos naturais e sociais.

² Foi uma companhia religiosa criada no século XVI com objetivos educacionais e missionários. Seus membros são conhecidos como jesuítas.

No período dos anos de 1889 a 1930, que correspondem à chamada República Velha ou Primeira República, já se observa o grande número de pessoas em situação de pobreza. Os trabalhadores das indústrias em expansão no país eram impelidos a venderem sua mão de obra aos donos das respectivas companhias a um preço que mal supria suas necessidades básicas. Os primeiros anos do novo Estado em formação tiveram em seus primeiros governantes, militares do alto escalão das forças armadas, que mantiveram a administração do país de maneira rígida, sufocando quaisquer rebeliões que pudessem ameaçar a nova ordem vigente. Com a expansão dos conglomerados industriais e o conseqüente desenvolvimento das cidades que os abrigavam, o número de indigentes cresceu de maneira desordenada, pessoas se amontoavam nos espaços que lhes eram concedidos e começaram as construções das atuais favelas.

No meio rural a expressão máxima do período se mostrava na figura do coronel. Dono de um espaço de terra considerável, no qual habitavam desde pequenas comunidades a cidades interioranas de médio porte, eles eram os senhores supremos desses territórios, fazendo um verdadeiro terrorismo com os indivíduos que moravam em suas terras. Quando se diz “dono” no texto, significa que possuía uma grande influência política naquela área e mantinha esse poder muitas vezes através de ameaças aos indivíduos, principalmente nos períodos de eleição, no qual se observa o “voto de cabresto” (SPRANDEL, 2004). A população em sua maioria era composta por pessoas que pouco ou nada possuíam em suprimentos para sua subsistência, que eram facilmente manipuladas e compradas.

No meio político a alternância entre os estados de São Paulo e Minas Gerais no cenário brasileiro se torna algo corriqueiro, devido à ampla capacidade econômica que possuía, sendo taxado o período de República do café com leite, visto que o estado de São Paulo era o maior produtor brasileiro da semente de café e Minas Gerais possuía considerável produção de leite e por ter o maior número de eleitores da nação. O café por sinal é o grande responsável pela riqueza e pelo desenvolvimento da economia brasileira no período.

O trabalho nas lavouras de café se intensifica a partir do final do século XIX ainda contando com a maioria de nativos da região. Nos primeiros anos do século XX a mão de obra que antes era escrava dá lugar ao imigrante europeu assalariado, que desde o século passado vinha gradativamente ocupando seu lugar na formação dos povos das regiões Sul e Sudeste, de onde podemos destacar o grande contingente de indivíduos

oriundos da Itália. Ao chegar na lavoura em que iria trabalhar, fazia um contrato no qual o salário era vinculado à produção da colheita que conseguia, ganhando também um pedaço daquela terra para sua subsistência. Muitos saíram dos seus países natais em busca de oportunidades que o Brasil demonstrava através da força do café, e posteriormente, a partir de 1920 fugidos da crise econômica que afundava a Europa. Esse acréscimo de milhões de imigrantes dos países europeus contribuiu de certa forma para o aumento futuro de desempregados e novos pobres que vinham juntamente com a massa de brasileiros formarem uma população de desamparados.

Marcia Anita Sprandel, em seu livro no qual aborda aspectos históricos de estudiosos que se debruçaram sobre o tema pobreza, primeiramente vista como condição individual, como sendo o pobre causador de seu destino, afirma que o período de imigração europeia era visto com bons olhos pelos pensadores brasileiros do período, pois proporcionaria o “embranquecimento” da população e a conseqüente cura da doença dos trópicos, herdada dos africanos e nativos (SPRANDEL, 2004). Mesmo antes a autora observa que os problemas relacionados à pobreza eram vistos como conseqüência da mestiçagem, que tornava impuro o ser, que não assimilava as melhores características de cada raça.

Ao início do declínio do ciclo cafeeiro as atenções são voltadas para uma nova fonte de riqueza, a borracha, que desde as primeiras décadas do século mostrava um grande potencial para o mercado nacional. No final do século XIX o Nordeste brasileiro sofre com uma grande seca que assola a região. A economia agropecuária encara um difícil período para sua produção, e as pessoas que exerciam essa atividade buscam na migração para a região Norte do país uma chance de reestabelecerem suas vidas. Os migrantes, futuros seringueiros, iludidos com as oportunidades que lhes eram apresentadas, logo de cara contraíam débito com os donos dos seringais para custearem a viagem, estadia, e mesmo os instrumentos que iriam utilizar na atividade extrativista. A má alimentação e as doenças afligiam os indivíduos, que sem os devidos cuidados pereciam em pouco tempo.

Foram graves as denúncias feitas sobre os males do latifúndio e o sistema de barracão entre os seringueiros, inclusive com utilização de trabalho infantil. As descrições feitas não davam margens a dúvidas sobre a exploração a que era submetida a população rural. Além disso, as narrativas sobre a pobreza da dieta, o estado da residência e a escassez de água tinham um impacto redobrado em função da utilização de fotografias. (SPRANDEL, 2004, p. 51).

Durante as décadas seguintes ao fim da República Velha, e principalmente no período em que o Estado Novo estava em vigência, observa-se uma maior atenção às questões sociais e trabalhistas. Os trabalhadores passam a ter certos direitos resguardados em lei, o que gera também uma nova forma de relação entre empregado e empregador. Apesar de assistidos legalmente os indivíduos enfrentavam um período que continuava com rigidez no trato de problemáticas do trabalho e sociais. Muitas manifestações eram duramente repreendidas pelo Estado, não obstante ter sido uma época de ganhos para a sociedade como um todo.

Nos anos 70 houve um período de euforia econômica e redução da pobreza em algumas áreas do país tal como nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentrava o maior número de indústrias e de onde derivava grande parte do Produto Interno Bruto brasileiro. Ainda assim as disparidades regionais eram gritantes, com a região Nordeste concentrando um quantitativo maior de indivíduos pobres. E é durante o golpe de 64, que efetivamente se aprofunda o estudo sobre questões sociais, saindo da posição eurocêntrica de décadas anteriores e passando a focar no discurso sobre as formações e estrutura das classes sociais:

Num contexto de ditadura militar e de aprofundamento das especializações universitárias, foram priorizados os estudos de classes e estrutura sociais, nos quais a pobreza ou a desigualdade social eram elementos sempre presentes. Tais estudos tiveram muita força nas décadas de 1960 e 1970, sendo posteriormente acompanhados por trabalhos sobre os chamados “novos movimentos sociais” [...]. (SPRANDEL, 2004, p. 115).

Durante os anos 80 o Brasil não experimentou a euforia da década passada, sendo um período que marcava o início de uma crise econômica e posterior aumento dos índices inflacionários. Essa época também pontua o fim do regime militar iniciado em 1964 e o início do novo período democrático-representativo, que tem na Constituição de 1988 seu principal reflexo. A partir do início dos anos 90 temos uma redução significativa da crise que se instalara, com a criação do Plano Real. Durante os próximos dez anos haveria redução nos índices de pobreza combinadas a medidas sócio-assistencialistas, que viriam a não mais que formalizar alguns direitos legais observados com a promulgação da Constituição. No ano de 1993 é criada a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, tendo como objetivo organizar diversos setores da sociedade em torno da discussão de questões sobre a fome e a miséria, com suas ações sendo organizadas por

comitês locais e regionais, atuando junto a população de baixa renda promovendo ações assistenciais. Dentre muitas ações que se destacam na campanha estão a arrecadação de alimentos, geração de emprego, desenvolvimento de atividades de esporte e lazer. Dentre os programas assistenciais a campanha “Natal sem Fome” é uma das que tem maior destaque, tendo no seu principal objetivo a doação de alimentos à população carente.

Com a chegada do novo século, podemos observar no caso brasileiro uma redução de fato no número de indivíduos que viviam na faixa de pobreza, um aumento do trabalho formal também é notado, seguido por crescimento de renda do brasileiro e de seu poder de compra. Ainda assim as diferenças regionais e, mesmo locais, são grandes. Os governos do período ampliam os programas assistenciais à população carente, já observados em mandatos anteriores, buscando reduzir o abismo entre classes sociais.

1.2 A pobreza em Fortaleza

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em seu programa “Brasil sem miséria”³, fora formalizado que para uma família estar inserida no contexto de pobreza extrema é necessário possuir uma renda igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. Em 2010 segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará⁴, cerca de 134 mil fortalezenses estavam nessa situação. O estudo do IPECE, tem como base o censo demográfico⁵ realizado em 2010 pelo IBGE, e mostra um pouco do mapa da exclusão em Fortaleza, que possuía no ano 5,5% de sua população total nessa situação. Esses estudos de base estatística buscam traçar um perfil social dos moradores de cada cidade brasileira, visando facilitar a criação de políticas públicas para o combate à situação de pobreza.

Alguns bairros da capital cearense estão elencados entres os piores em renda per capita no município, de acordo com o trabalho realizado pelo IPECE, são eles, Manuel

³ O programa do governo federal “Brasil sem miséria” foi criado pelo decreto nº 7.492 de 2 de junho de 2011, com o objetivo de erradicar a extrema pobreza até o final de 2014. Busca promover o crescimento com distribuição de renda, redução da desigualdade e exclusão social.

⁴ Disponível em: www.ipece.ce.gov.br.

⁵ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts>.

Dias Branco, Conjunto Palmeiras, Parque Presidente Vargas, Siqueira e Jangurussu, isso levando em conta os cinco primeiros da tabela⁶. Os números também foram distribuídos de acordo com as seis regionais da prefeitura municipal, com a regional V concentrando o maior número de pessoas na faixa de extrema pobreza e a regional IV como detentora do menor número de indivíduos.

Durante as primeiras décadas do século 20 alguns bairros se tornaram famosos por serem domicílio de algumas das famílias mais tradicionais de Fortaleza. Eram áreas mais elitizadas tais como Benfica, José Bonifácio, Joaquim Távora e Jacarecanga, que se concentravam mais ao sudoeste da cidade. Posteriormente o litoral começou a ter uma maior valorização, no que hoje concentra, dentre outros bairros, Cocó, Meireles e Aldeota. Esses mesmos bairros são circundados por outros em situação oposta, para citar dois dos respectivos grupos do trecho anterior, Barra do Ceará e Vicente Pinzon.

Maria Smarzano Siqueira (2006) no livro “Sociedade e Pobreza” afirma que cidades nordestinas como Fortaleza, Salvador e Recife, concentram um número maior de favelas em seus centros urbanos, áreas de grande concentração de renda intercaladas com outras em situação de pobreza. Ao contrário de outras capitais brasileiras situadas no Sul, como Porto Alegre e Curitiba, nos quais se observam as concentrações de favelas na periferia da cidade. Sobre o estabelecimento urbano das cidades brasileiras a autora afirma:

Os efeitos dos altos índices de desigualdade nas cidades brasileiras extrapolam o padrão clássico: lugar de pobre é a periferia das cidades. Naturalmente, a característica é a população menos favorecida ser sistematicamente mais elevada na periferia do que no núcleo. Nas metrópoles brasileira fica patente esse quadro. Entretanto, faz parte da paisagem urbana das metrópoles, em situações diferenciadas, a divisão da pobreza entre núcleo e periferia. (SIQUERIRA, 2006, p. 19).

Para a autora, a forma como se deu o processo de ocupação do espaço pela sociedade, atrelada à ausência de políticas públicas de habitação voltadas para essa parcela da população carente funcionou de maneira a impulsionar a ligeira ocupação desordenada das áreas urbanas, que sem as condições de infraestrutura suficientes, começam a abrigar uma grande parcela da população de seus estados, uma extensa parte migrada de cidades interioranas.

⁶ Disponível em: www.ipece.ce.gov.br

As cidades crescem e se modernizam. Entretanto, a deterioração das condições de vida das regiões urbanas é um fato inegável, trazendo o aumento da pobreza, da violência e dos conflitos sociais. As periferias estão cada vez mais inchadas e precárias, mais violentas e mais pobres. Como o crescimento urbano se dá de modo acelerado e desordenado, quase sempre em velocidades superior à capacidade das autoridades de contê-lo, a tendência maior é a multiplicação dos problemas socioespaciais, uma vez que o crescimento urbano no Brasil não aparece como forma de distribuir as pessoas e os benefícios num quadro mais igualitário, com perspectivas de alargamento dos direitos de cidadania. Muito pelo contrário, estabelece e articula a fragmentação da própria vida. (SIQUEIRA, 2006, p. 20).

Assim, aliando-se a outros problemas sociais, como falta de emprego, educação precária e de condições mínimas de subsistência, aumentam os índices de situações de risco da população não assistida.

1.3 Pobreza e Exclusão, algumas reflexões

A partir do momento em que o pobre começa de fato a ter a atenção do Estado, seja por modo de amenizar uma futura população carente sem utilidade social ou que não possuirá poder de consumo no mercado:

Na alvorada do século XXI, quando as regulações postas em questão no âmbito da sociedade industrial estão por seu turno profundamente abaladas, é sem dúvida o próprio contrato social que é necessário redefinir com novas posturas. Pacto de solidariedade, pacto de trabalho, pacto de cidadania: pensar as condições de inclusão de todos para que eles possam ter comércio conjunto, como se diria no tempo do iluminismo, quer dizer, fazer sociedade. (CASTEL, 2008, p.48).

Das muitas características do fenômeno da pobreza, podemos avaliar a desfiliação citada por Robert Castel (2008). Para Castel uma das formas do próprio Estado assumir sua quota de responsabilidade pelo indivíduo era quando este se encontrava desamparado das primeiras redes de proteção social ao qual a pessoa tem acesso, o núcleo familiar:

A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo de relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. (CASTEL, 2008, p. 50).

A relação entre indivíduo e Estado se pautaria na forma de controle legal, que atingiria até certo ponto as obrigações morais da pessoa quanto pertencente à sociedade, nunca podendo, o Estado, sobrepor seu poder em relação a certos costumes que já estavam historicamente marcados naquela população:

O direito é a garantia das relações de reciprocidade entre indivíduos responsáveis e iguais na troca que o contrato sanciona. [...] O indigente pede e não pode dar uma contrapartida equivalente àquilo que recebe. Sua relação com seu benfeitor está *aquém da esfera do direito*. Legislar sobre essas matérias seria tomar partido quanto a organização da sociedade civil [...] Seria tender a fazer do conjunto das relações sociais um sistema de obrigações sancionáveis, o que dá, antecipadamente, uma definição bastante exata do totalitarismo. (CASTEL, 2008, p. 304).

O aperfeiçoamento da indústria exigia muitas vezes uma recolocação do operário no próprio ambiente de trabalho em que estava empregado, se tinham condição de programarem uma especialização de seus ofícios irem de encontro à evolução tecnológica, se não, seriam descartados e postos em cargos compatíveis com sua habilidade, quando não, estariam passivos de perder o emprego. A mecanização dos processos levou muitos para a condição de desempregados e quando conseguiam um novo trabalho, semelhante ao que antes exerciam, já não tinham o mesmo ganho devido à supressão que a nova tecnologia promoveu, o que assinalava também uma menor segurança em manterem-se empregados. Para José de Souza Martins (2001), em seu livro “Exclusão social e a nova desigualdade social”, o tema da exclusão vinha tomando proporções grandes com o avançar do capitalismo moderno e se modificava de maneiras variadas, exclusão na família, exclusão no trabalho, “Na verdade a categoria é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou no desenvolvimento capitalista” (MARTINS, 2001).

Robert Castel analisa ainda a situação francesa no fim do século XX:

[...] o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação dos indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, inempregáveis, inempregados ou empregados de modo precário, intermitente. (CASTEL, 2008, p. 21).

Para Castel, o termo “questão social”, que viria muito antes das primeiras abordagens relacionando-o ao modelo liberal, tem suas primeiras impressões deixadas no século XVII com a Revolução Industrial, e posteriormente, com a Revolução Francesa, período no qual os atores eram apresentados pela primeira vez como vítimas e causadores desses marcos históricos, segundo o próprio autor:

[...] “O social” consiste em sistemas de regulação não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração. (CASTEL, 2005, p. 31).

E dessa forma, através de medidas que buscam incentivar, agrupar, os grupos de trabalhadores e demais agentes como os inimpregáveis, aqueles cujas condições naturais não permitem a inserção nos meios de produção, os desempregados, daí entram faixas etárias diversas desde o homem que não acompanhou o avanço liberal, ao jovem que não ocupa seu espaço por falta de experiência. Assim o Estado se torna um promotor de medidas que buscam amenizar as condições pelas quais o mesmo outrora foi responsável, tomando para si um papel paternalista.

Para Zaluar, em sua pesquisa realizada na Cidade de Deus, que resultou no livro “A máquina e a revolta” (1985), o interesse assistencialista do Estado está mais pautado a uma condição de embate de classes, que dê prioridade do mesmo em relação à problemática da exclusão social. Nesse sentido o Estado atuaria como um mediador dos interesses conflitantes de “ricos” e “pobres”:

Desta divisão assistencialista do Estado não esta ausente, portanto, a percepção dos interesses de classe e a possibilidade de que ele venha a atuar como árbitro justo. [...] Sua luta não está direcionada, portanto, a conquista dos direitos universais do homem que igualariam a todos numa democracia liberal, incorporando-os à sociedade. É muito mais a luta de um segmento “esquecido” dessa sociedade que reivindica seu direito à assistência estatal, ao salário real melhor, a melhores condições de vida. (ZALUAR, 1985, p. 121).

Em seu livro “A sociedade vista do abismo”, José de Souza Martins (2003) faz uma reflexão crítica em torno do tema da exclusão social. Para o autor, o estudo sociológico que se faz sobre a problemática necessita de uma inserção por parte do pesquisador na consciência de que o indivíduo “excluído” tem de sua condição, é percebê-lo como alguém que é vítima da exclusão, de maneira a ser parte dessa realidade vivida pela pessoa, “A sociologia não pode ser boa sociologia se não incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma.” (MARTINS, 2003).

A exclusão seria assim para Martins, partindo das transformações que o capitalismo exerceu, uma mudança nos conceitos que buscam elucidar a conjuntura social. No período pré-capitalista e de comunidades, a desigualdade era vista como algo que fazia parte da natureza do homem; posteriormente com o surgimento da sociedade moderna baseada na lógica de mercado, as relações sociais foram mudando para um padrão de igualdade e de contrato (MARTINS, 2003). É uma sociedade marcada pelas relações de igualdade jurídica, de maneira que permitisse o contrato.

O capital dependia, com o passar dos anos, menos do trabalhador, porque essa é uma de suas características, a substituição da força de trabalho humana pela potência inigualável das máquinas, pelo avanço científico e de novas tecnologias, “Com isso, um número crescente de trabalhadores fica desempregado e passa a ter dificuldades para entrar no mercado de trabalho” (MARTINS, 2003). O autor cita as diferenças entre o “operário” e o “excluído”, este seria o indivíduo que não se encaixa em nenhuma classe, é uma abstração. Já o operário, faz parte de uma categoria da sociologia, está inserido no contexto de classes sociais, é um trabalhador que tem embutida em si uma carga histórica:

A exclusão social se situa no plano da vivência e, sobretudo, da sobrevivência. Não pode ser percebida senão como ativo empenho de negá-la e de mascará-la, na consciência teatral clara de que é algo que pode ser reconhecido como algo que não se quer reconhecer, como refutação de consciência que se realiza na observância do decoro e, portanto, como fator de vergonha. (MARTINS, 2003, p. 44).

No segundo capítulo deste trabalho abordarei algumas características das “representações do eu”, na concepção de estigma definida por Erving Goffman, quanto aos passos dos indivíduos estigmatizados e a crítica de Friedrich Nietzsche aos valores morais. Ambas as análises tornaram mais clara para mim a citação de Martins acima.

1.4 O serviço social no Brasil

A consolidação do Serviço Social como profissão se dá em um momento histórico de estabelecimento do capitalismo industrial e no contexto da formação urbana da sociedade, nos quais se observa o surgimento de duas classes sociais, que se expandem e desenvolvem: A burguesia e o proletariado. A profissão no Brasil está vinculada tanto ao Estado como em alguns casos a organizações privadas quem têm como objetivo a prestação de serviços sociais à comunidade. Dessa forma a ligação do profissional com a instituição para a qual presta seu serviço o molda para sua realização. Maria Yamamoto e Raul de Carvalho⁷ no livro “Relações sociais e Serviço Social no Brasil”, afirmam que o trabalho do assistente social se concebe da organização à qual é vinculado:

[...] A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, *não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula*, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. (YAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 86).

Espelhada nas transformações Pós-Revolução Industrial, a profissão se consolida como parte integrante da nova realidade que prevalece, o aumento da produção capitalista, as novas condições de trabalho das classes mais baixas e a intermediação do Estado em suas relações. E assim se dá o desenvolvimento das categorias profissionais intimamente ligadas aos percursos do homem:

[...] Entendo que o fundamento das profissões é a realidade social, parte-se do pressuposto de que as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem. (MARTINELLI; RAICHELIS; YAZBEK, 2008, p. 6)⁸.

⁷ Marilda Villela Yamamoto é Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Raul de Carvalho é Mestre em História Social pela USP.

⁸ Doutoradas em Serviço Social, professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

A formação do Serviço Social no Brasil possui uma forte ligação com os primeiros trabalhos da Igreja. Observa-se também uma grande presença feminina composta por pessoas das classes mais abastadas, que tinham funções sociais na Igreja e estavam engajadas no apoio às classes operárias como forma de legitimar uma preocupação com as questões sociais.

[...] Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. (IMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 90).

Durante as décadas de 1920 e 1930 em que se observam inúmeras greves de operários por condições de trabalho e salariais, o serviço social tem papel fundamental no apoio a essas classes. Aos poucos o Estado vai criando pequenos decretos, estabelecendo algumas condições nas relações de trabalho. Destaca-se um relativamente importante de 1919, no qual as empresas passam a ser responsáveis pelos acidentes acontecidos em seus espaços físicos, ainda assim não se veem mudanças significativas nas vidas dos trabalhadores. Durante o mesmo ano o Brasil adere à Organização Internacional do Trabalho⁹, que estabelece algumas recomendações aos seus países participantes, baseadas nas transformações que o capitalismo exercia na América do Norte e na Europa, posteriormente se tornam leis nas quais havia sanções pelo não cumprimento dos signatários.

Na década de 1940 o Estado busca a normatização das relações de classes, tratando com mais atenção a questão social entre trabalho e desenvolvimento capitalista. Um exemplo é a concepção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹⁰ em 1943, tanto como leis que tratam da organização sindical e do salário mínimo, que fizeram parte do período do Estado Novo de Getúlio Vargas, como uma maneira paternalista de manter controle sobre as classes sociais mais baixas. Em um recente período Pós-Guerra, era realizado, em 1947, o I Congresso Brasileiro de Serviço Social¹¹, discutindo teorias marcadamente norte-americanas que vieram de fato a influenciar a formação

⁹ Surgiu oficialmente em 1 de janeiro de 1995, com o objetivo de intermediar as relações comerciais entre os países-membros. Tem sede em Genebra na Suíça.

¹⁰ A Consolidação das Leis do Trabalho é uma norma legislativa que faz referência ao Direito do Trabalho no Brasil. Foi criada pelo Decreto-Lei n° 5.452 em 1 de maio de 1943.

¹¹ Era uma preparação para 2° Congresso Pan-Americano que ocorreria no Rio de Janeiro.

profissional no período. Inclusive inúmeros outros congressos ocorrem antes ou depois de 1947, tais como o Congresso Pan-Americano de Serviço Social em 1945, realizado no Chile, onde se discute a relação trabalho/capital e trocas de experiências entre as delegações de vários países visando a constituição para a profissão. Não muito diferente do primeiro, o 2º Congresso Pan-Americano acontece no Rio de Janeiro em 1949, onde o discurso vai abandonando aos poucos o tom cristão e dando mais ênfase aos aspectos científicos e técnicos.

Já a partir da década de 1960, notam-se grandes reformulações no Serviço Social no que tange aos métodos e técnicas, teorias mais elaboradas, assim como novos espaços ocupados por seus agentes em planejamento de ações e de coordenação, tanto como o ganho de conhecimento que os congressos, anos antes, proporcionaram, e o intercâmbio de grupos de indivíduos que permitiu dessa forma ter acesso a políticas adotadas no exterior para enfrentamento dessas questões. Com uma maior abertura da economia brasileira para o exterior, surge um novo modelo, a ideologia desenvolvimentista, que alia políticas sociais à internacionalização econômica, no caso brasileiro:

A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta a atingir é a prosperidade, a grandeza material da nação, a soberania dela decorrente, a paz e a ordem mundial – tudo isso potencialmente viável, bastando que se trouxesse à luz a riqueza existente e adormecida de que o país dispõe, através do traçado de política adequada e do trabalho constante. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 359).

É um momento multidirecional com reflexões variadas sobre a questão social, mas comprometidas com as necessidades da classe trabalhadora. São anos em que aumenta, nos cursos de formação acadêmica superior, a procura pela profissão, onde já existe um mercado de trabalho mais consolidado. Existem linhas de análise criadas a partir dessa nova realidade:

[...] a vertente modernizadora, caracterizada pela incorporação de abordagens, funcionalistas, estruturalistas e, mais trade, sistêmicas (matriz positivista), voltadas para a modernização conservadora pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração a sociedade. [...] A vertente inspirada na fenomenologia, [...] Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação do sujeito [...] A

vertente marxista, que remete a profissão a consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx. (MARTINELLI; RAICHELIS; YAZBEK, 2008, p. 17).

Nas décadas de 1980 e 1990 a teoria marxista ganha mais impulso na formação acadêmica do Serviço Social e influencia as diretrizes curriculares para os dias atuais. Passa-se a ganhar em formação de profissionais que produzem uma literatura própria, com mais consistência, o avanço contínuo teórico-metodológico persiste, as universidades passam a ter mais cursos de pós-graduação, aprofundando assim o conhecimento gerado pelos estudantes de Serviço Social através do ensino e pesquisa:

Também a partir daí o Serviço Social desenvolveu-se na pesquisa sobre a natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas sobre os quais recaem seus objetos profissionais. (MARTINELLI; RAICHELIS; YAZBEK, 2008, p. 20).

O Brasil mudou sua formação populacional, se tornou um país mais industrializado, taxas de mortalidade infantil diminuíram, a expectativa de vida do brasileiro aumentou, e as mulheres ganham mais espaço no mercado de trabalho onde a figura masculina uma década antes era predominante. Com uma nova realidade o Serviço Social busca sua posição sobre essas mudanças que alternam a questão social gradativamente, com novas políticas sociais que surgem, manifestações herdadas do auge do neoliberalismo.

É interessante citar o surgimento de instituições ligadas diretamente ao Serviço Social ou que tenham relação com este, na formação de uma política assistencialista de amparo aos indivíduos em situação de risco social. O Conselho nacional de Serviço Social criado em 1938 tendo como função apoiar organizações privadas e o próprio governo, tendo como atribuições:

[...] inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; a organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores público e privado; sugerir quanto às políticas sociais a serem desenvolvidas

pelo governo; opinar quanto à concessão de subvenções governamentais às entidades privadas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 264).

Porém a primeira instituição brasileira de assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que na prática, fazia o trabalho do CNSS, devido à inexistência de um plano concreto de ação estrutural das questões sociais. A LBA é reconhecida pelo Decreto-lei n. 4.830, de quinze de outubro de 1942 como órgão colaborativo estatal no que tange aos serviços assistenciais, surgiu no período da Segunda Guerra Mundial como forma de assistência às famílias dos convocados para a Guerra, sendo estruturada nacionalmente nos âmbitos federal, estaduais e municipais.

Durante a década de 1940 surgem outras duas instituições de cunho nacional voltadas para uma maior qualificação do trabalho e do operariado. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado pelo Decreto-lei n. 4.048, em vinte e dois de fevereiro de 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), pelo Decreto-lei n. 9.403, em vinte e cinco de junho de 1946. O SENAI surge em um cenário Pós-Guerra com o objetivo de especializar a classe operária da indústria, adequando-a as novas exigências do mercado capitalista. A instituição é capitaneada pela classe dominante de empresários que também é sua principal beneficiária. O SESI traz como objetivo:

[...] estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria. Estarão claramente explicitadas, entre as funções da nova instituição a ser gerida pela corporação empresarial, a defesa dos salários reais do operariado – através da melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 283).

Em 1946 surge a Fundação Leão XIII, também por Decreto-lei, que seria a instituição responsável por assistir a população que ocupava as áreas denominadas de favelas que já concentravam um grande número de indivíduos pobres nos grandes centros industriais. O principal campo de atuação da Leão XIII foram as favelas do Rio de Janeiro, contando com forte apoio estatal, e da Igreja, também das forças armadas, clubes de desporto, construindo programas assistenciais de saúde, assistência jurídica, encaminhamento para o mercado de trabalho e educação popular. Romulo Costa Mattos no artigo intitulado “Aldeias do mal”, afirma que com o crescimento do partido comunista no país, aparecendo como a “terceira força política na capital”, trata do surgimento da Leão XIII como uma forma de combater um possível envolvimento da população dos morros cariocas com o comunismo (MATTOS, 2007), o autor afirma que

todo tipo de risco social como a violência e a falta de higiene estavam atrelados à imagem da favela.

Em 7 de dezembro de 1993 é sancionada a lei 8742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) , tendo como objetivo garantir os direitos mínimos a uma vida digna, como bem observa o primeiro artigo da lei:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

LOAS que dispõe sobre a organização da Assistência Social, é alterada pela lei 12435/11, de 6 de julho de 2011 que tem por principal mudança a redação em diversos artigos do texto da lei anterior. Entre os objetivos da assistência social previstos no artigo 2º da lei 12435/11 estão a proteção social que almeja a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho, dentre outras finalidades.

Em Fortaleza temos a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) criada em 2007 durante a gestão da prefeita Luizianne Lins¹², tendo como objetivo efetivar as políticas públicas para a população de baixa renda. Tendo como base o Sistema Único de Assistência Social¹³, o objetivo da secretaria é proporcionar a proteção e inclusão social das pessoas em situação de risco na cidade de Fortaleza, com ênfase na Proteção Social Básica. No terceiro capítulo deste trabalho darei mais ênfase a SEMAS e seus programas de assistência social.

¹² Luizianne de Oliveira Lins foi prefeita de Fortaleza de 1 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2012.

¹³É um sistema público que organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil.

CAPÍTULO II

ESTIGMA E CONCEPÇÃO MORAL DA POBREZA

Na Grécia Antiga, onde foi concebido o termo *stigma*, era comum vincular o mesmo a características notáveis, fossem essas boas ou ruins e estavam relacionadas com a moral do indivíduo. Como exemplo cita-se o escravo que era marcado fisicamente, e essas cicatrizes o punham em condição diferenciada do cidadão grego; era uma pessoa com a qual o contato público deveria ser evitado. No início da era cristã as mazelas corporais, como doenças de pele, mutações das extremidades, braço e pernas, deformidades no rosto e em outras regiões do corpo eram vistas como sinais de castigo divino. É uma maneira de gerar estranhamento por parte do considerado “normal” ao portador do estigma, é uma característica vista de forma depreciativa. Para Erving Goffman¹⁴, em seu estudo sobre estigma, moral e identidade social:

[...] Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre identidade e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito. (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Existem outras formas de se caracterizar o estigma que não por meios exclusivamente visíveis. Para Goffman há dois fatores contundentes que fazem identificar um estigma, o primeiro de um indivíduo que tenha a sensação de que seu estigma já é conhecido ou que ao apresentar-se em determinado grupo será facilmente perceptível, e um segundo ponto no qual essa característica não é de conhecimento dos outros, e nem pode ser observada logo. O autor cita três características do primeiro fator do estigma, as deformidades físicas, as culpas de caráter individual ligadas à mente do homem tais como psicoses e comportamentos diferentes daquilo que a sociedade tem por normal, e aqueles ligados a etnia, nacionalidade e questões religiosas. Assim esse indivíduo que poderia ter tranquilamente se estabelecido em um grupo, possui uma característica que o afasta dos demais, fazendo com que outros traços que seriam

¹⁴ Erving Goffman foi professor na Universidade da Califórnia e na Universidade da Pensilvânia, atuando nas áreas de Antropologia e Sociologia. Também foi presidente da Sociedade Americana de Sociologia.

normalmente aceitos fiquem ocultos, “Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de *normais*” (GOFFMAN, 1988).

Como os que são causadores do estigma evitam interagir com o indivíduo que se diferencia dos “normais”, usam características depreciativas para identificar a pessoa, dificultando assim sua aceitação em uma determinada sociedade. Um indivíduo estigmatizado tende a vacilar quanto à interação com os outros, pois não sabe como aquelas pessoas o receberão, nem de que maneira elas o julgarão, e se serão favoráveis a uma aceitação, se ele ficará em patamar igualitário aos *normais*, de maneira que pequenos desvios que o estigmatizado cometa, sejam interpretados erroneamente pelos demais como fazendo parte de sua condição natural.

Dessa maneira também podemos perceber a pobreza como um estigma, uma produção da realidade que a economia capitalista desenvolveu, e o pobre na condição de estigmatizado social. As relações entre os indivíduos são pautadas nas questões do direito, e no caso do indivíduo pobre o direito configura-se na esfera assistencial. Georg Simmel no ensaio *El Pobre*, do livro *Sobre la Individualidad y las Formas Sociales*, faz um apanhado geral da pobreza de sua época e também da sociedade como um todo. Porém seu principal foco dentro da esfera do pauperismo será aquele indivíduo assistido pelo Estado, pois de fato tratar do pobre como sendo um sujeito desprovido de recursos seria lidar com a subjetividade do tema da pobreza. A questão da assistência vem de acordo com o grupo ao qual pertence o pobre, se está inserido de fato, é dever desse grupo prestar-lhe algum socorro:

Otro carácter completamente distinto – dentro del mismo tipo – tiene la idea según la cual el derecho al socorro se funda em la pertenencia del necesitado al grupo. La concepción que considera al individuo como el producto de su médio social confiere al individuo el derecho a solicitar del grupo una compensación de sus necesidades apremiantes y de sus pérdidas. (SIMMEL, 2002, p. 219).

Este socorro por sua vez necessita vir sob a forma de direito de fato, e não como uma compaixão do grupo do qual pertence, assim aumentaria a possibilidade do indivíduo se identificar com o grupo, e haveria portanto maior chance do estigma ser acobertado, pois como Goffman afirma acerca das discrepâncias entre a identidade real e virtual da pessoa, “Quando conhecida e manifesta, essa discrepância estraga a sua

identidade social; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (GOFFMAN, 1988).

Durante a pesquisa de campo nos espaços físicos que escolhi para realizar este trabalho, tive a oportunidade de conversar com pessoas que se encaixavam no perfil de indivíduo assistido ou socorrido tratado por Simmel. Durante as visitas realizadas nas casas de passagem, tive a oportunidade de conversar com os *usuários do instrumento*¹⁵, como são chamadas as pessoas que ali são acolhidas, não como uma maneira de chamá-las assim no dia-a-dia, mas quando os educadores sociais e os assistentes se referem ao grupo como um todo. Foram realidades das mais diversas que encontrei. Pessoas vindas diretamente da rua, numa situação de mendicância, outras que sofreram violência doméstica das quais pude perceber apenas mulheres e crianças; algumas migradas do interior do estado em busca de melhores condições de vida. Vários são os percursos de origem dos indivíduos, exigindo assim que me atenha a alguns casos, principalmente aos que se mostraram receptivos com minha presença. Tive curtas conversas com as pessoas que ali estavam, procurei identificar em suas falas discursos a partir dos quais pudesse pensar com as ideias dos autores abordados neste capítulo. As breves conversas que tive com alguns dos usuários estão relatadas no terceiro capítulo deste trabalho.

A informação de que um aluno de universidade estaria presente entre eles para realizar uma pesquisa de certa forma afastou de mim algumas pessoas que frequentavam os espaços pesquisados. Durante a preparação de uma das rodas de conversas me deparei com algumas situações inusitadas, como uma senhora, que identificarei aqui como Maria, me fazendo a seguinte pergunta: “Meu filho pode ver pra mim como tá a situação do meu Habitafor?”. Ela fazia referência à fundação da prefeitura que trabalha com planejamento de moradias entre outras políticas públicas. Uma das educadoras sociais interveio falando “Não dona Maria, ele não trabalha na prefeitura, ele é aluno da faculdade que veio participar da atividade com a gente.” Fiquei imaginando que imagem eu transmitia para aqueles indivíduos estando na condição de aluno universitário e/ou de pesquisador (infelizmente devido ao curto tempo que tinham não pude me aprofundar nessa questão).

A primeira abordagem foi um tanto quanto inusitada. Pretendia aos poucos ir me posicionando de maneira a buscar uma conversação que me revelasse as dificuldades de

¹⁵ Denominação utilizada pelos Educadores e Assistentes sociais dos espaços pesquisados

viver na rua, de não ter recursos, muitas vezes de não ter o alimento para as refeições. Para isso comecei a conversar sobre assuntos do dia-a-dia nas casas de passagem¹⁶, com uma e outra pessoa. A primeira pessoa com que tive contato e de fato comecei a observar um discurso sobre “ser pobre” ou “ser excluído”, assunto que não estava diretamente ligado às rotinas das casas de passagem, foi uma moça chamada Adriana¹⁷. Ela por sinal foi quem me abordou primeiro, “O educador disse que tu quer falar com a gente sobre a nossa vida... o que tu quer saber?”. Fiquei um pouco sem jeito com sua chegada repentina pois, na condição de pesquisador, me imaginei buscando meu informante e não o contrário. Sentamos em cadeiras próximas à entrada da casa de passagem, e lá falei para ela que não faria perguntas como em uma entrevista, queria ouvir sua história, antes de chegar aqui, na casa de passagem. Como não me foi permitido gravar entrevistas com os indivíduos, usei caderno e caneta para fazer anotações dos trechos que achei mais interessantes:

“Meu nome é Adriana, tenho 18 anos, sou daqui de Fortaleza, tenho meu pai minha mãe, irmãos [...] não me dava bem com eles (pais), lá em casa qualquer coisa que eu fazia me batiam, saí de casa mais de uma vez, gostava mais da rua mesmo. [...] lá na rua teve um tempo que me envolvi com drogas, conheci um cara que eu gostava muito dele, a gente começou a fazer planos, mas não deu certo [...]” (Adriana, 18).

Adriana me contou um pouco de sua história antes do ingresso na casa de passagem Elisabete de Almeida Lopes, e mesmo durante sua chegada já havia tido contato com educadores sociais da Prefeitura de Fortaleza que faziam a abordagem de rua. Revelou que após esse contato mudou, ficou mais responsável, “Eu vim pra cá por causa deles, eles me trouxeram aqui [...] aqui é melhor que na rua, é chato as vezes porque tem que fazer as coisas (arrumar quarto, lavar o banheiro), mas também posso sair nas horas que não tô com tarefa pra fazer [...]”. Neste momento o espaço me pareceu como uma espécie de instituição disciplinadora para condutas tidas como corretas em nossa sociedade.

Adriana reclamou da relação com alguns dos educadores sociais, “Tem um deles aqui que fica de marcação comigo, porque as vezes eu sou meio moleca, fico brincando [...] Teve um dia que um celular desapareceu no quarto, e ele ficou achando que era eu,

¹⁶ Espaço de Acolhimento Noturno e Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes.

¹⁷ Nome fictício para preservar a identidade do informante.

aí discuti mesmo com ele [...]. Muitas das reações de Adriana pude observar em outros que ali estavam, a de que tinham que de certa forma, assumir um papel naquele local, que sem dúvida não correspondia a suas personalidades. Os usuários muitas vezes se retraíam de discutir algo, contrapor uma coisa que não aceitassem, pois os educadores poderiam entender como uma marca deixada por sua estadia na rua, ou pela violência que sofreu. Goffman afirma:

Ao mesmo tempo, erros menores ou enganos incidentais podem, sente ele, ser interpretados como uma expressão direta de seu atributo diferencial estigmatizado. Ex-pacientes mentais, por exemplo, as vezes receiam uma discussão acalorada com a esposa ou o empregador por medo da interpretação errônea de suas emoções. (GOFFMAN, 1988, p. 24).

Os momentos em que podiam colocar questões de vivência na casa de passagem, tanto individuais como do grupo, eram durante as *rodas de conversa*, onde se juntavam com os educadores e assistentes sociais, e debatiam sobre situações pertinentes ao espaço de convivência. Nesses grupos de conversação eles expunham a realidade da qual vieram à sua maneira, suas dificuldades, e os obstáculos que enfrentavam por estarem naquela condição de carência. Havia atividades a serem feitas no dia-a-dia, de maneira que as pessoas se deparavam com situações nunca antes vivenciadas, como terem deveres a fazer. De certa forma pensavam que sua estadia no local dependia de realizarem as tarefas e manterem boas relações com os outros, usuários e profissionais que ali se encontravam. Aprendiam acerca de sua condição através dos educadores sociais, num ponto de vista do próprio Estado, e assim eram moldados indiretamente por esse discurso, e passavam a ter uma ideia mais ampla de sua condição.

Goffman observa a absorção da condição do estigma por parte dos próprios estigmatizados, um processo que chamará de “carreira moral”, composta por fases de conhecimento do estigma:

Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as consequências de possuí-lo. (GOFFMAN, 1988, p. 41).

Essa *carreira moral* abordada por Goffman, me remeteu à crítica feita por Friedrich Nietzsche. Para o filósofo alemão, a moral e seus valores passaram por um longo processo de constituição principalmente fazendo referência às categorias de “bom” e “mal”. Ele busca construir um linha imparcial que investiga a origem filológica da palavra, vendo o homem como moldador de seu sentido no percurso histórico. No livro “Genealogia da Moral, uma polêmica”, o autor trata da moral desenvolvida a partir dos olhares classistas entre senhores e escravos, para definir “bom” e “mal”. Em um primeiro caso, os nobres, os dominadores, são aqueles que para se sentirem felizes e “bons”, não buscam comparações com outros, pois não existem outros que possam igualar a eles. Por sua vez, o escravo, vê o nobre como um superior porque assim fora imposto desde o começo; ele tem como parâmetro sua condição frente a do seu senhor. Na Idade Média as duas classes que faziam parte do senhorio medieval eram os nobres dedicados à guerra e proteção de suas terras e o clero, que por sua vez usava os dogmas cristãos para manipularem a casta inferior composta pelos servos. É nesse ponto onde Nietzsche faz um olhar crítico também sobre o cristianismo ocidental. Para ele a concepção de um “deus” na vida dos homens serviria para sustentar a dominação exercida pelos nobres, através do medo que a figura divina inspirava nos indivíduos, um ser superior com o poder de castigar aqueles que cometessem pecados, que nada mais seria que um fruto do temor criado pelo clero. Dessa forma os homens ao passar de gerações iriam reproduzindo o mesmo conteúdo repressor exercido pelo cristianismo no período medieval, que ditava, na concepção cristã, os significados de certo e errado, bom e mal.

Segundo Nietzsche, essa crença em um Deus salvador que se sacrificava por todos nós criou uma espécie de relação dos homens para com a entidade divina, algo como deus sendo um “credor” pelo seu sacrifício e o homem ficando na condição de “devedor”, pois ele era descendente de Adão, o causador do *pecado original*:

[...] o próprio Deus se sacrificando pela culpa dos homens, o próprio Deus pagando a si mesmo, Deus como o único que pode redimir o homem daquilo que para o próprio homem se tornou irredimível – o credor se sacrificando pelo seu devedor, por *amor* (é de se dar crédito?), por amor a seu devedor!... (NIETZSCHE, 1988, p. 80)

Assim como nessa relação pensada por Nietzsche entre “credor” e “devedor”, vislumbrei uma relação semelhante em Simmel quando trata do indivíduo assistido,

pobre, com a sociedade e o Estado que o assiste. Porém receber algo sem poder dar algo em troca, é uma relação que não gera reciprocidade de um dos lados. Essa situação se verifica também nas normas que regem as condições de assistência. Para Simmel, é pela obrigação de prestar esse socorro, imposta por uma moral pré-estabelecida e não porque o indivíduo teria esse direito. Obviamente a própria relação da pessoa assistida com a sociedade e o Estado remete a uma condição de estigma, pois revela sua situação de “pobre”. A pobreza é sua caracterização principal que encobre outras perspectivas individuais, suas representações no meio social são instantaneamente associadas a sua condição. Nós esperamos determinados comportamentos por parte de um indivíduo e até manipulamos o comportamento daquele que não se insere no contexto de indivíduo *normal*, o que para Goffman seria a identidade virtual (GOFFMAN, 1988). O socorro ao qual Simmel se referiu, era uma forma de as classes dominantes se sentirem confortáveis em assistir os pobres, dessa maneira os mantinham até certo ponto distantes de possíveis ameaças a sua hegemonia:

[...] el pobre tiene el derecho al socorro, y existe un deber de socorrerlo, deber que no se orienta hacia el pobre como titular del derecho, sino hacia la sociedad a cuya conversación contribuye. Pero junto a estas dos formas existe la tercera, que es la que domina, por término medio, en la conciencia moral: la colectividad y las personas acomodadas tienen el deber de socorrer al pobre, y este deber halla su fin suficiente en el alivio de la situación del pobre [...] (SIMMEL, 2002, p. 232).

Uma categoria de indivíduos que vimos em Castel (2008), os desempregados, também é objeto de avaliação por parte de Goffman. Trata-se do indivíduo *desacreditável* que fora abordado anteriormente pelo autor, aquele em que o estigma que possui não é aparente em um primeiro olhar. O desempregado assume uma “culpa individual”, em uma sociedade capitalista onde se valorizam as riquezas adquiridas e seu acúmulo está nessa condição, é um fator estigmatizante; o indivíduo enxerga a si mesmo de forma negativa. Assim como também em Nietzsche (1988), a culpa é uma autoavaliação do sujeito de forma negativa, culpa essa construída ao longo da manipulação da moral.

CAPÍTULO III

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO: CASA DE PASSAGEM ELISABETE DE ALMEIDA LOPES E ESPAÇO DE ACOLHIMENTO NOTURNO

Neste terceiro capítulo do presente trabalho, apresentarei os espaços pesquisados através da observação, realizada com algumas visitas aos locais durante os anos de 2013 e 2014. Destaco impressões dos usuários, representações, o dia-a-dia dessas pessoas que são assistidas nos locais e as interações entre elas e os profissionais que lá trabalhavam. Antes de entrar propriamente nos espaços, farei um pequeno percurso de minha chegada aos locais a que me refiro.

3.1 Praça Clóvis Beviláqua, chegando ao objeto

O interesse por estudar o tema da pobreza surgiu durante o primeiro semestre do ano de 2011, durante a oferta da disciplina Prática de Pesquisa II (HD0242) e consistia em elaborar um projeto de pesquisa sobre uma problemática de livre escolha, para assim apresentá-lo no final do semestre letivo. Durante nosso percurso fomos orientados pelos professores Dr. Carlos Kleber Saraiva de Sousa e Dr^a. Maria Neyára de Oliveira Araújo¹⁸, que ministraram aulas a respeito dos vários métodos de realização da pesquisa social.

Com a escolha do tema do projeto ficando a encargo do aluno, imaginei que a melhor forma de se deparar com um possível objeto de estudo seria fazendo caminhadas no entorno da universidade (a partir do Departamento de Ciências Sociais), buscando visualizar algo que pudesse me despertar atenção e acender a curiosidade que me poria na condição de pesquisador. Comecei então a percorrida. Fui a Praça da Gentilândia, aos campus da universidade, quando finalmente cheguei aos limites do bairro Benfica com o Centro. Descendo a Avenida da Universidade até a Praça Clóvis Beviláqua

¹⁸ Professores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

(conhecida também por Praça da Bandeira), fui adentrando ao bairro Centro, local de grande movimentação comercial e cultural, com alguns pontos onde se podem ver residências, órgãos públicos. É primeiramente um bairro de negócios, não só pelas inúmeras lojas de variados artigos, mas pela presença de camelôs, vendedores ambulantes, lanchonetes e restaurantes e uma grande variação de serviços. A grande movimentação de pessoas é incessante, muitas trabalham no bairro, uma parte faz suas compras no local. Também é residência de algumas pessoas, estas, tendo ou não moradia.

Com tempo livre para pesquisar, aproveitei as praças que se encontram no bairro para observar a movimentação de pessoas nas suas circunscrições. A Praça do Ferreira, é certamente a mais apinhada de indivíduos, por se encontrar no “coração” do Centro, se situando entre muitas lojas e lanchonetes. Muitas pessoas sentadas nos bancos ou de passagem pelos quiosques comerciais, rodeando o grande relógio na parte central da praça. Chamou-me atenção a presença de artistas de rua que de lá fazem seu local de trabalho e um grande número de pessoas com suas vestes surradas e sujas, que estendiam a mão pedindo alguns trocados aos outros. Pareciam vagar sem rumo, por vezes com o olhar perdido ou fixo em determinado ponto. Eram “invisíveis” aos que passavam. Alguns indivíduos desviavam o caminho para não irem de encontro ao deles, outros, curiosamente, erguiam a mão com o seu celular e começavam a gesticular ao passar perto dos pedintes, poucos, por sua vez, pareciam se compadecerem com a situação e davam algumas moedas.

Começava a notar que essa população de pobres se concentrava não só nas grandes praças, mas no bairro como um todo. Ao andar pelo Centro é comum ver pessoas sentadas nas calçadas, encostadas nas paredes pedindo esmola. Na Praça dos Mártires (Passeio Público), já próxima ao litoral da cidade, a cena também não mudou muito, a não ser por um menor contingente de indivíduos e a presença de uma guarita da Guarda Municipal de Fortaleza. Voltando um pouco, tinha citado a Praça Clovis Beviláqua como ponto de partida no Centro, quando iniciei a busca por um futuro objeto de pesquisa; foi lá que identifiquei uma possível problemática social que viria a dar origem a este trabalho.

Durante o percurso de volta para minha casa, sempre pegava o ônibus ou a topique na parada coletiva que fica no calçadão da reitoria da UFC, na Avenida da Universidade. O trajeto que os transportes faziam era através da extensão de toda a avenida até a Faculdade de Direito, dobrando à direita na Praça Clovis Beviláqua. Em

fevereiro de 2011, precisamente na primeira semana, estava voltando para minha residência e, passando pela praça, notei que havia uma nova imagem na paisagem do local. Pouco mais de uma dezena de casebres feitos de madeira e panos estava amontoadas na praça, no lado mais próximo à rua Meton de Alencar. As construções eram extremamente precárias, não indicavam de maneira alguma algo que lembrasse uma casa com portas, janelas e um teto, mas, havia de fato pessoas que ali moravam. Na mesma semana fui ao local, sentei em um dos bancos da praça próximos a uma banca de revista, de maneira que fiquei a algumas dezenas de metros distantes do local onde estavam os casebres, e de lá, passei a observar o dia-a-dia daquelas pessoas.

Roberto DaMatta (1981), em seu livro “Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social”, afirma que o trabalho do pesquisador social não pode se resumir à simples observação de fatos e reprodução de experiências já realizadas. Ele teria que interagir com o grupo que irá pesquisar, buscando compreender de forma profunda os modos de vida dos indivíduos e as relações sociais entre eles. A vivência prolongada entre o grupo investigado lhe traria a consistência do conjunto social como um sistema, pois “[...] o papel da antropologia é produzir interpretações das diferenças enquanto elas formam sistemas integrados” (DAMATTA, 1981, p. 145), a fim de aprofundar o conhecimento e a compreensão da natureza do homem. Para DaMatta, o importante para o pesquisador que se inicia na profissão é ampliar o conhecimento já obtido numa perspectiva pessoal, a fim de interagir com autores que haviam estudado o mesmo tema anteriormente.

Estava hesitante quanto a me aproximar em um primeiro momento do grupo que se encontrava na praça. Ficava anotando os passos dados por aqueles indivíduos em tarefas simples, como um estender de roupa em um varal improvisado, a comida que os alimentava. Alguns vinham até as ruas e pediam trocados ou comida, às vezes vinham à banca de revista da qual eu estava próximo e pediam um cigarro para o rapaz que nela trabalhava. Notei que existiam alguns “carros de reciclagem”¹⁹, próximos aos casebres, o que me fez imaginar que fizessem esse tipo de atividade durante algum horário do dia. Decidi que iria fazer os primeiros contatos na semana seguinte.

Um fato em particular mudaria a rotina de minhas observações. No dia 10 de fevereiro de 2011, aquelas pessoas que ali estavam foram retiradas por ordem da Prefeitura de Fortaleza, a operação sendo realizada pela Guarda Municipal e pela

¹⁹ Coloco entre aspas, pois não conheço a existência de um termo específico para se referir ao instrumento de trabalho dos catadores de material reciclável.

Secretaria Executiva Regional do Centro (Sercefor). As precárias moradias foram derrubadas e os moradores conduzidos por um transporte da própria Guarda Municipal a um abrigo provisório localizado na Secretaria Executiva Regional I²⁰. Optei por ir durante o sábado para a praça, dois dias depois da desocupação. De lá não restara nenhum traço da passagem daqueles indivíduos, a não ser por alguns colchões e algumas tábuas de madeira que ali permaneciam.

Intrigado com aquela situação e imaginando para onde teriam sido levados de fato, busquei informações nos jornais, principalmente por meio da *internet*. Durante o sábado tentei conversar com dois comerciantes que tinham bancas de revista no local, os dois afirmaram que se sentiam mais aliviados com a retirada dos moradores, diziam que havia consumo de drogas no local e notícias de assaltos nas redondezas, mas não deram certeza de que esses crimes envolviam as pessoas que moravam na praça. Alguns guardas municipais estavam se deslocando pelo local fazendo uma espécie de patrulha na área. Esperei que um deles se aproximasse do local onde estava, e quando o mesmo se aproximou da banca para ler uma revista perguntei de “maneira desinteressada” sobre o ocorrido. Ele resistiu a falar, mas disse “Quem está sabendo bem onde eles (moradores de rua) estão é a SEMAS. Fica na Avenida da Universidade [...]”, para mim já era o necessário. Decidi então ir a Secretaria Social de Assistência Social.

3.2 Chegando à SEMAS²¹

A Secretaria Social de Assistência Social (SEMAS) foi criada em 13 de julho de 2007 durante a gestão da prefeita Luizianne Lins, com o objetivo de centralizar esforços para uma melhor administração da assistência social e redefinir a criação de políticas de assistência que possam favorecer a população em situação de risco social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem descentralizar as políticas sócio-assistenciais no país, objetivando dessa maneira, uma maior eficiência nos atendimentos à população carente. O objetivo institucional da SEMAS aborda “A Assistência Social em nossa gestão busca (...) a inclusão e a proteção social, compromissada com a efetivação de

²⁰ No período em que a pesquisa fora realizada existia uma casa de passagem próxima ao supermercado Assaf no bairro Farias Brito. Porém o espaço estava em reforma.

²¹ Atualmente a denominação oficial da secretaria é Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA). O nome foi alterado pela atual gestão do prefeito Roberto Cláudio.

políticas públicas propiciadoras de uma vida mais digna a todo o povo de Fortaleza.”. A secretaria estava dividida em cinco coordenações que a compunham: Coordenação de Proteção Social Básica (PSB), Coordenação de Proteção Social Especial (PSE), Coordenação de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GSUAS), Coordenação de Cadastro Único e Bolsa Família e Coordenação Administrativo-Financeira (CAF). Essas subsecretarias formavam o montante responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas e pela gestão da Assistência Social em Fortaleza.

Ao chegar à SEMAS, expus meu interesse em realizar uma pesquisa com moradores de rua, especificamente aqueles que foram retirados da Praça Clovis Beviláqua. Fui encaminhado à coordenação da PSE para explicar o que desejaria pesquisar, que seria, “conhecer as dificuldades de se morar na rua, os preconceitos que essas pessoas sofriam e a perspectiva de vida das mesmas”. Lá fui informado de que precisaria dar entrada em um protocolo, no qual teria de trazer declaração da universidade e fazer uma breve descrição das atividades que iria realizar. Indicaram-me o Espaço de Acolhimento Noturno (EAN), onde parte das pessoas que estavam na praça foi atendida. Depois de aprovado o protocolo, recebi uma “Carta de Apresentação”, que deveria entregar à coordenadora do EAN²².

É importante destacar as principais políticas de assistência a indivíduos em situação de risco adotadas pela SEMAS. Segundo o próprio programa seus objetivos são:

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS): 24 CRAS e 01 CRAS Itinerante.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Trabalho social com famílias, de caráter continuado, com o objetivo de fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

²² Processo burocrático necessário para realizar a pesquisa. Continha ainda um documento que me foi enviado via *e-mail*, no qual eu deveria fazer um resumo dos objetivos do trabalho.

Serviço desenvolvido em grupos, respeitando os ciclos de vida, complementando o trabalho social com famílias e prevenindo a ocorrência de situações de risco social. O serviço tem dois públicos alvos: as crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, e os idosos, a partir de 60 anos.

Proteção Social Especial

Serviços ofertados nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS): 05 CREAS

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e/ou indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

Serviço que desenvolve atendimento e acompanhamento socioassistencial a adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

Serviços ofertados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop: 02 Centros Pop (Centro e Benfica)

O CentroPop é um equipamento que integra projetos, programas e serviços, que contribuem para o exercício da cidadania e possibilitam a superação da situação de vivência de rua. Assim, é um espaço referência para que qualquer pessoa em situação de rua possa procurar serviços de acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, atividades socioeducativas e artísticas, além de oferecer atendimento especializado por profissionais que auxiliam na resolução das suas demandas.

No CentroPop, os usuários realizam ainda sua higiene pessoal, lavam suas roupas e utilizam o equipamento como referência de endereço. Outro serviço referenciado pelo CentroPop é o Serviço Especializado de Abordagem de Rua, que atua em toda a cidade de Fortaleza, fazendo o contato direto com as pessoas que estão em situação de rua. Nesses momentos, a equipe explica como funciona o CentroPop. Eles também articulam, com outros serviços públicos, encaminhamentos para atender a demandas emergenciais verificadas na abordagem social.

Serviço de abordagem social

Serviço contínuo e programado, que tem por objetivo desenvolver trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios situações de riscos sociais, como: trabalho infantil; **situação de rua**; entre outros.

Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência

Atendimento de jovens e adultos, de 18 a 59 anos, de ambos os sexos, com distintas deficiências (física, auditiva, visual, intelectual, múltiplas deficiências) em situação de dependência. Em fase de implantação.

Acolhimento Institucional

Acolhimento destinado a famílias e/ou indivíduos que estão com os **vínculos familiares rompidos ou fragilizados, objetivando garantir proteção integral, de forma direta ou conveniada, através de diferentes equipamentos como: Casa de Passagem, Instituições de Longa Permanência para Idosos e Abrigos Institucionais.**

3.3 Percepções acerca dos espaços

Até o término do semestre letivo de 2011.1 tinha feito duas visitas para conhecer um dos locais que viriam a fazer parte da pesquisa desse trabalho. Voltei a ter contato durante 2012.2, cerca de um ano após ter realizado as atividades da disciplina Prática de Pesquisa II. Voltei a fazer os mesmos procedimentos para novamente ter acesso ao EAN, dessa vez a grande custo de tempo, provavelmente devido as questões de campanha eleitoral. Consegui por fim, ter novamente passe livre para o local.

O EAN ficava localizado na Rua Limoeiro do Norte, entre as ruas Padre Valdevino e João Brígido, no bairro Aldeota. Era um local um tanto escondido. A rua apresentava residências pequenas, onde mal cabiam dois carros lado a lado. Não era um ponto de grande fluxo de veículos e comumente se podia ver crianças brincando no asfalto. O EAN ficava nos limites com a Rua João Brígido, era uma casa de grande porte, que fora requisitada pela prefeitura como local, para abrigar os usuários do serviço e também tinha um caráter temporário. A entrada era guardada por um porteiro e geralmente notava-se a presença de um guarda municipal, responsável por uma revista à qual os usuários eram submetidos toda vez que voltavam da rua. Neste ponto foi onde percebi a primeira diferença entre mim e aquelas pessoas que usavam o espaço, eu não fui revistado, minha presença já era esperada, e minha imagem na condição de aluno universitário parecia não oferecer um perigo iminente aos profissionais que ali trabalhavam nem aos demais usuários. Nos usuários estava embutido um símbolo de estigma, como Goffman (1988) bem analisa. Eles passavam essa imagem de insegurança por sua condição de pobreza aparente.

Moura Junior (2012), em um excelente trabalho realizado junto a moradores de rua aqui em Fortaleza relata que em sua experiência de campo percebeu como o próprio discurso de um educador social fez surgir imagens negativas das pessoas ali presentes. Ao ser convidado pelos próprios usuários a almoçar, ele, ao pegar um prato e seguir para a cozinha para se servir, relata essa percepção:

[...] Quando levei o prato para colocar a comida, uma das educadoras falou: “Não, menino, come nesse aqui!” [...] esses são sujos. Eles não lavam direito”. *Quando ela falou isso, fiquei com medo de pegar alguma doença. Ao mesmo tempo, senti-me mal, pois também passei a ver aquelas pessoas como sujas. Tive meus pensamentos voltados a pensar que eles eram portadores de doenças por mais que minha vivência não esboçasse isso.*[...] (MOURA JR, 2012, p. 107).

Para o autor:

“A educadora demonstrou em sua fala uma distinção entre mim e os abrigos, apresentando-os como sujos e doentes e evidenciando o caráter depreciativo do estigma. Dessa maneira, percebo o poder opressor do reconhecimento perverso que constitui as políticas de identidade regulatórias e os efeitos discriminadores do estigma.” (MOURA JR, 2012, p. 107).

Dessa maneira o indivíduo poderia se perceber como portador desse estigma e se sentir envergonhado e humilhado por sua condição.

A casa onde funcionava o EAN parecia a um primeiro olhar não comportar a quantidade de cerca de 40 usuários que sua coordenadora posteriormente me informou. Mas ao ir conhecendo seus espaços aos poucos, notei que o imóvel era bem extenso, possuindo dois andares com quartos em ambos, três salas subseguidas, uma cozinha pequena e uma área aberta, anterior ao quarto dos homens, bastante ampla, onde eram realizadas atividades como rodas de conversa, ocupações lúdicas e as refeições diárias. A coordenação funcionava no andar superior da casa e era composta por duas assistentes sociais, sendo uma coordenadora, ao menos duas educadoras sociais em cada período do dia, uma cozinheira, e ao menos dois estagiários encarregados de outras funções.

Mulheres e homens dormiam separados, as mulheres com as crianças de até doze anos. Nas duas visitas que fiz no período, o EAN contava com cerca de 20 usuários. “A maioria foi ou é usuária de drogas [...] são pessoas que vêm de relações familiares complicadas, tiveram esses laços rompidos [...] relatos de violência doméstica [...]” explica a coordenadora do EAN, Célia Maria²³. Como a própria prefeitura reitera o objetivo do EAN é de dar acolhimento noturno para as pessoas que são encaminhadas para o instrumento, “[...] com o objetivo de garantir, ainda, um espaço de transição onde os usuários possam sair da situação de rua e começar a construir novos projetos de vida.”. O funcionamento do local se resume aos horários de 18:00 às 7:00, “[...] esse é o horário de funcionamento do instrumento, até porque muitos possuem atividades no dia-

²³ Nome fictício.

a-dia. São catadores, flanelinhas [...] o objetivo é fazer com que eles criem uma perspectiva de vida quando saírem daqui”, ressalta a coordenadora.

Os dias em que busquei visitar, no curto espaço de tempo disponível, foram às quartas-feiras, quando eram realizadas as “rodas de conversa”. O objetivo era discutir a convivência no espaço, abrindo questões que envolviam as relações sociais entre os usuários e os profissionais do EAN, de maneira que eram abordadas condições de higiene do local, observação às “regras de convivência”, pautas sobre diversos assuntos relacionados a horário de refeições, horários de chegada e saída, higiene, atividades diversas; também era um momento em que se abria espaço para o usuário se manifestar sobre assuntos pertinentes ao EAN. Relatarei duas rodas de conversa de que participei no Espaço de Acolhimento Noturno e posteriormente, na Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes. Nas rodas do EAN não me foi permitido gravar as falas das pessoas que participaram. Tive que ficar limitado ao uso de caneta e papel para fazer as anotações pertinentes.

Primeira Roda de Conversa: 17/10/2012 (quarta-feira)

A primeira roda de conversa da qual participei foi também marcada por algumas impressões que tive do espaço, além das revistas que já tinha observado anteriormente. Eram 7 horas da noite e a “reunião” estava marcada para começar as 7:30, fiquei esperando na sala de entrada que dava acesso à casa, as pessoas se demonstravam desinteressadas com a minha presença. O “porteiro” estava irritado com um fato que ocorrera mais cedo: um dos usuários tinha aparentemente ingerido bebida alcoólica e havia adentrado no EAN sem ele perceber, pois não estava presente no momento. “Quem foi que abriu pra ele entrar?”, perguntou olhando para os outros usuários que ali se encontravam.

Dentro do espaço físico do EAN, principalmente na sala principal onde ficavam a TV e cadeiras, notava-se cartolinas com as “regras de convivência” escritas cuidadosamente à mão em letra grande, de forma que ficam bem evidentes as frases para quem as lê. “Não é permitido assistir programas policiais”, uma das frases que contem no texto, de maneira que aparentemente se pensa que programas que abordam

temas relacionados com a violência urbana possam despertar sentimentos revoltosos em quem os assiste, também devido a muitos dos usuários do EAN terem sofrido alguma forma de violência antes de lá ingressarem. Algumas outras cartolinas continham frases com cunho reflexivo como “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, o homem se educa em comunhão”.

As rodas de conversa do EAN, como disse anteriormente, eram realizadas em um espaço do interior da casa que ficava ao ar livre, depois da cozinha e antes dos quartos dos homens. Lá também eram realizadas as refeições, café da manhã e jantar, as rodas de conversas, as atividades lúdicas e outros encontros aconteciam após o término do jantar. No primeiro encontro as cadeiras foram postas de maneira a formarem um círculo para as pessoas ficarem de frente umas para as outras. Os educadores sociais passam então a chamar os usuários para participarem da reunião, alguns foram, cerca de dez; os demais não mostravam interesse em participar e preferiram dormir ou ficar nos quartos.

Nessa primeira roda de conversa foram abordados alguns temas pertinentes tanto ao dia-a-dia da casa quanto a sua estrutura física. O espaço passaria por reformas, principalmente nos quartos, onde se podiam notar rachaduras nas paredes. Paulo²⁴, um dos usuários salienta: “Eu já tô aqui faz quatro meses e dizem que vão ajeitar isso [...] tem infiltração também, e cheiro de morfo”. Ingrid²⁵, a educadora social presente no dia afirma que serão tomadas as devidas providências e que os pedidos são demorados, porque muitas vezes se necessita de uma licitação para realizar tais obras. Outro ponto foi sobre a questão da alimentação oferecida que passaria a ter um cardápio elaborado por uma nutricionista. Segundo Ingrid, alguns usuários reclamam. Um senhor que andava com dificuldade afirma “Tem dia que a janta tá boa, hoje tava. Mas tem dia que tá ruim [...], uma usuária olhando para ele retruca: “A gente não tem que tá achando ruim a comida não, ruim era se não tivesse nada pra comer [...]”. Outro tema pertinente abordado foi o do aluguel social que a prefeitura estava oferecendo às famílias que tinham perdido suas casas ou que estavam em áreas de risco, e as assistentes sociais estavam se articulando para conseguir uma oportunidade para as famílias que estavam no EAN, que na época eram duas, uma mãe e duas crianças, e a outra formada por um homem e uma mulher com um bebê.

²⁴ Nome fictício

²⁵ Nome fictício

Segunda Roda de Conversa: 07/11/2012

Três semanas após a primeira visita agendei um novo encontro no EAN. Seria a segunda roda de conversa de que participaria. Nessa segunda reunião se falou sobre os projetos de vida de alguns dos usuários, como o que estavam fazendo para melhorar suas condições no intervalo de tempo em que ficavam fora do EAN. Foi abordado um acontecimento ocorrido na segunda-feira, no qual um dos usuários havia sido desligado do programa por ter agredido a outro no interior do EAN, o que fere o “pacto de regras de convivência” estabelecidas no local. Ficou assim combinado com os demais que o usuário que se desligasse por motivo de agressão física, não poderia retornar ao EAN. Ligado diretamente ao caso da agressão, foi citado o problema de segurança do local, pois antes (isso pude ver na primeira visita) contava-se com um guarda municipal que faria a segurança interna do local, agora estavam consultando a possibilidade de conseguir um novo servidor para substituir o antigo.

Uma das pessoas com quem tive contato nesse dia foi Vinicius²⁶. Ele estava trabalhando como voluntário junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), trabalhando com vacinação, divulgando a importância nos locais em que a equipe de agentes de saúde fazia atendimentos. Ele também se mostrava interessado em voltar a estudar e conhecendo minha condição de aluno universitário, me perguntava se eu tinha estudado muito para entrar na universidade pública porque queria trilhar o mesmo caminho.

Tive pouco tempo de pesquisa tanto no EAN como na casa de passagem Elisabete de Almeida Lopes. Depois de alguns meses afastado da pesquisa de campo retornei em 2013 para tentar um contato com o EAN novamente, mas a casa na qual funcionava já havia sido desligada dos programas sociais da prefeitura; agora era residência de uma família que alugara o local. Procurei então novamente a SEMAS e iniciei os contatos com a casa de passagem.

A casa de passagem Elisabete de Almeida Lopes fica localizada na Avenida da Universidade com a Rua Manuelito Moreira, ficando próxima da Faculdade de Direito

²⁶ Nome fictício

da Universidade Federal do Ceará e do hospital Instituto Doutor José Frota. É uma ampla residência assim, como o EAN, porém de mais fácil acesso e com seu interior mais espaçoso. Ao contrário do EAN, o local limitava-se ao abrigo de mulheres com seus respectivos filhos que possuíam histórico de violência doméstica. Após o fechamento do EAN a casa de passagem também passou a receber homens, pois o atendimento à população carente ficara sem um de seus instrumentos. A casa era composta por duas grandes salas no andar de baixo, com uma ampla cozinha. Os quartos femininos e os das crianças também se encontravam ali. As rodas de conversas também aqui presentes eram realizadas na sala de maior área e constituídas nos mesmos moldes do EAN. No andar de cima, era onde se encontravam as salas das assistentes e educadores sociais, e agora, o quarto dos homens.

Eram trabalhadas as mesmas questões que observei no EAN. O trabalho de recuperação do indivíduo que saía da rua ou de uma situação de risco social, como violência doméstica. Eram realizados procedimentos de atendimento sócio-assistencial, acolhimento provisório, que na prática, deveria durar cerca de três meses, mas havia casos de usuários que já estavam há quase um ano por lá. Atividades lúdicas/socioeducativas também eram realizadas no local, havia um aparato maior de servidores para a casa de passagem, com encaminhamento para vários órgãos de assistência. Trabalhava-se também com a localização de familiares dos indivíduos que ali estavam e a recuperação de documentos perdidos pelos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curto tempo que tive para a elaboração deste trabalho ainda me permitiu ter um novo olhar sobre os indivíduos que observei, não apenas no Espaço de Acolhimento Noturno e na casa de passagem Elisabete de Almeida Lopes, como também nos percursos na busca por definir o objetivo deste trabalho, desde as primeiras observações na Praça Clóvis Beviláqua, até as reflexões dos autores abordados durante o estudo. No longo percurso que percorri como aluno das Ciências Sociais pude sentir que o ser humano em mim desenvolveu algumas percepções que antes não possuía, como a “mania” quase incessante de indagar sobre as coisas, assim como sempre imaginei que um cientista faria. As dificuldades de se conseguir o acesso aos locais de pesquisa, os documentos que não foram disponibilizados para um aperfeiçoamento maior do trabalho, a burocracia para se conseguir realizar uma visita a um local público, foram motivos que muitas vezes me desmotivaram a prosseguir, porém a cada nova conquista e derrubada desses obstáculos, a motivação para continuar esse simples trabalho me fazia erguer a cabeça e continuar.

Fiz muitas reflexões pessoais sobre as possibilidades de realização da pesquisa, notei que existiam estudos bem feitos sobre o tema e de uma abrangência formidável. Pretendo assim não só ter este trabalho apenas como uma parte do ritual de ter o título de bacharel, mas que ele some aos outros, informações importantes para o entendimento do tema da pobreza e de seus atores principais, homens e mulheres como nós, que são vítimas de um Estado que beneficia economicamente uma pequena parte da população. Gostaria de ter passado mais tempo lendo e aprofundando os autores disponíveis, e tantos outros que fui descobrindo ao longo do levantamento bibliográfico, gostaria de ter passado mais tempo com aquelas pessoas que eram sujeitos da pesquisa para que pudessem me contar seus anseios, suas dores e alegrias.

Finalmente, gostaria de salientar que este estudo foi para mim um ensaio importante do ponto de vista pessoal. Não acredito que trará algum entendimento novo para autores mais experientes e nem para pesquisadores neófitos que buscam atingir uma maturidade intelectual maior. Acredito que tenha sido uma experiência proveitosa que me permitirá em um eventual retorno ao tema um entendimento mais lapidado e proveitoso para a realização de pesquisa acadêmica. Pretendo também com este trabalho

despertar um pouco do senso crítico de quem o lê para com nossos representantes políticos, eleitos a cada dois anos por nós a partir da Constituição de 1988, que se pretende um conjunto de normatizações de cunho mais social, para que busquem trabalhar para o bem estar do povo brasileiro, para que possam de fato exercer as atividades que lhe foram concedidas com imparcialidade, celeridade e justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Vol. 6. Petrópolis: Vozes, 1998.

COURA, Claudinéia Pereira. **Nos limiões da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento do hospital. Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal (1979): 99-112.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. 34ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, L. M.; RAICHELIS, R.; YAZBEK, M.C. **O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos**. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 95, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed. Petrópolis, R. J.: Vozes, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. “Aldeias do mal”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.

MOURA JUNIOR, James Ferreira. **Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza.** 2012. 159f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NIETZCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras (1998).

SPRANDEL, Marcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina da revolta.** São Paulo: Brasiliense (1985).

Outras Referências

www.acaodacidadania.com.br/

www.fortaleza.ce.gov.br/servicos/cidadao/assistencia-social-semas

www.fortaleza.ce.gov.br/setra

www.ibge.gov.br/

www.ipece.ce.gov.br/

www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm

www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal

www.youtube.com/watch?v=yRQdnTOgshk

www.youtube.com/watch?v=zFR1eC5PwQw

www.youtube.com/watch?v=PukNU27uDfg

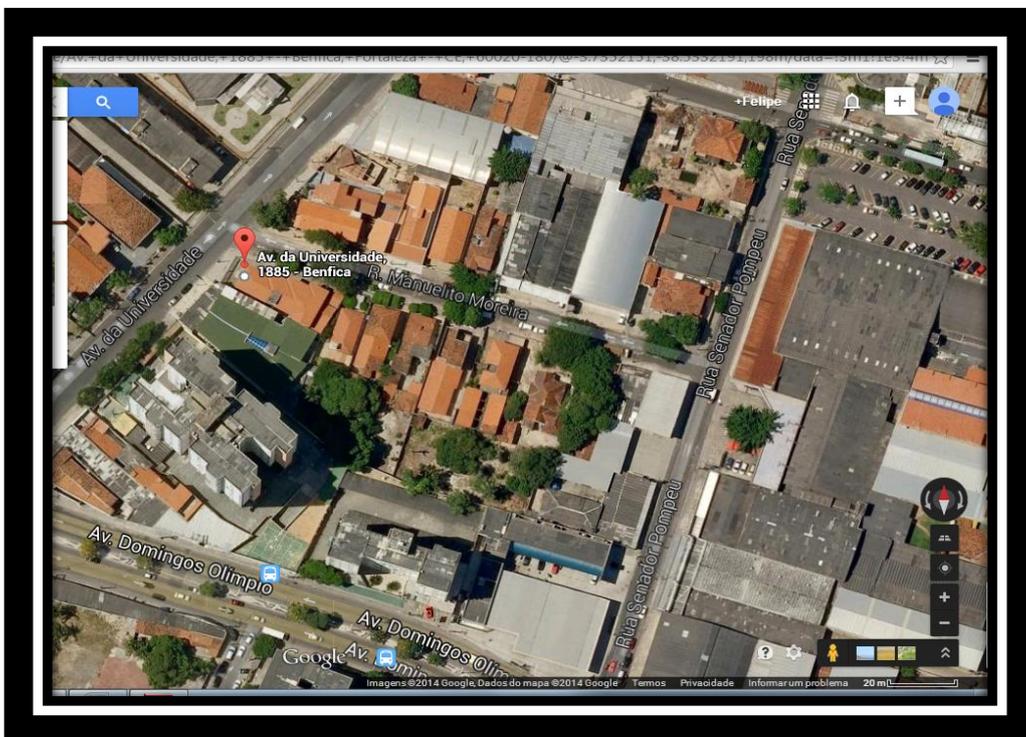
<http://pt.wikipedia.org/>

<http://bibliopsi.org/descargas/materias/problemasociologicos/carpeta2/Simmel,%20sobre%20la%20individualidad%20y%20las%20formas%20sociales,%20capitulo%201%20punto%202%20y%203,%20capitulo%203%20punto%2010%20y%2011.pdf>

ANEXOS

ANEXOS I – LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PESQUISA

I – Localização da Casa de Passagem Elisabete de Almeida Lopes



II – Espaço de Acolhimento Noturno

